

ORDINARY CITIES: BETWEEN MODERNITY AND DEVELOPMENT

Jennifer Robinson

New York: Routledge, 2006

Vera F. Rezende

Professora do Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo da UFF

Todas as cidades são comuns, complexas e diversas. Este é o argumento que Jennifer Robinson constrói ao longo de seu livro, apontando questões com vistas à renovação da teoria urbana. A crítica central de seu trabalho se orienta para um corte criado pelos estudos urbanos com a divisão das cidades em termos de um grupo, pertencente ao Primeiro Mundo, cidades-sede da inovação e de iniciativas modernizantes, e um outro grupo dentro de um quadro de desenvolvimento, no qual estariam destinadas à comparação (e, se possível, à reação), em busca de se tornarem modernas em algum nível.

A visão de um mundo urbano hierarquizado própria dessa postura teórica estaria impedindo o campo dos estudos urbanos de reconhecer inovação e criação em cidades antecipadamente enquadradas na tradição ou em situações de atraso. A consequência dessa percepção ainda colonialista, segundo Robinson, seria a aceitação de que o mundo desenvolvido possui a capacidade de criação, enquanto ao outro mundo restaria a de imitação.

Mais do que criar categorias de cidades pertencentes ao Ocidente, ao Terceiro Mundo, da África, da América do Sul, pós-socialistas ou hierarquizadas como desenvolvidas ou em desenvolvimento, mundiais ou globais, a autora nos acena com um universo de cidades diversas, dinâmicas e passíveis de vida econômica e social. Além disso, ao negar que somente algumas cidades sejam capazes de gerar iniciativas no campo do urbanismo, essa abordagem busca encontrar um mundo de formas urbanas ou urbanizações fruto da criatividade e inventividade dos habitantes. Sua argumentação é construída na medida em que coloca em evidência cidades como Rio de Janeiro, Joanesburgo, Lusaka e Kuala Lumpur, com o objetivo de trazer situações que exemplifiquem um mundo de cidades comuns.

O primeiro movimento necessário para Robinson seria reinterpretar modernismo e modernidade, e reconhecê-los como possíveis manifestações em qualquer cidade, nas “*ordinary cities*”, que dão título a seu livro. Se ser moderno é ser contemporâneo, aderir à mudança e ao dinamismo é uma condição presente em qualquer sociedade em transformação.

A sua argumentação é construída a partir de dois eixos (modernidade e desenvolvimento), por percebê-los como conceitos que dividem a abordagem usual da teoria urbana em Ocidente e outras cidades. Para a autora, modernidade, amplamente definida no início do século XX, seria a autocaracterização do Ocidente, colocando-se em relação aos “outros” e aos “outros lugares”. São esses conceitos que atribuiriam dinamismo e inovação, isto é, modernidade a algumas cidades, enquanto imporiam às demais uma busca por modernização, através de iniciativas de desenvolvimento para alcançá-las. Segundo Robinson, essas noções têm sido centrais na análise da vida urbana, e unidas, trabalham no sentido de limitar tanto as imagens da vida nas cidades quanto as práticas de planejamento possíveis.

Na sociologia urbana do início do século XX, continua a autora, esteve presente a noção de modernidade através de autores-chave para a teoria urbana, que no rastro de práticas coloniais estudaram cidades consideradas criativas, dinâmicas e modernas. Apesar da crítica produzida principalmente no período de 1940 a 1970, as tendências iniciais foram retomadas com o avanço de teorias que tentaram explicar situações de globalização. Como resultado, vários estudos se fixaram em categorias de sucesso, as ricas cidades globais, e categorias de futuro sombrio, as megacidades.

A autora busca reformular o conceito de modernidade e deslocá-lo do Ocidente para aplicá-lo a qualquer cidade, assim como pretende um re-enquadramento do desenvolvimento de cidades como um conjunto de desafios que se coloca tanto para as mais ricas quanto para as mais pobres. Rejeita, entretanto, as visões de modernidade alternativa ou que pluralizam a experiência de modernidade por entender que continuam a considerá-la a partir do Ocidente.

No primeiro capítulo, a autora coloca em discussão alguns teóricos da Escola de Chicago, mostrando como a noção de experiência urbana é colocada em contraste com a tradição, e como são construídos desde o início do século XX os fundamentos da corrente

teoria urbana, traduzidos em um moderno “ aqui” e “agora” em contraposição a um tradicional “lá” e “ então”. Inspira-se em Walter Benjamin para refutar uma teoria do progresso, em que eventos se apresentam de forma sequencial em um tempo vazio, trazendo como alternativa uma visão dialética da modernidade e da tradição como conceitos copresentes e interdependentes. O segundo capítulo explora debates já efetuados em torno das ideias da Escola de Chicago, mas traz vitalidade para a discussão com o grupo de antropólogos “africanistas” (a “Escola de Manchester”), reforçando o argumento da impossibilidade de uma teoria urbana de caráter universal.

O terceiro capítulo alerta para a necessidade de se repensar o Ocidente como fonte da modernidade, e discute a afirmação de que em algumas cidades o conceito de moderno gerou formas arquitetônicas e urbanas autênticas, enquanto em outras se deu um processo de mimetização. A autora traz para o debate as cidades de Nova York, Rio de Janeiro e Kuala Lumpur e as manifestações do moderno na arquitetura. Afirma que o estilo internacional da arquitetura de Nova York tomou por empréstimo experiências de outros países e, ainda assim, a cidade foi considerada geradora de inventividade. A arquitetura brasileira das décadas de 1930 e 1940, acrescenta, foi reconhecida como autêntica e inovadora – vide o Pavilhão na Feira de Nova York em 1939, a Exposição no Museu de Arte Moderna na mesma cidade e o livro *Brazil Builds* em 1943. Apesar de valorizada a partir dessa época por sua criatividade ao combinar características modernas, nacionais e regionais, destaca Robinson, ela foi vista como “fora do lugar” e dependente de sua influência europeia.

Com o entendimento de que no decorrer do século XX a crescente conexão do comércio e da comunicação em termos mundiais dominaram os estudos urbanos, o quarto capítulo propõe uma reterritorialização desses estudos em direção às cidades comuns. Ironicamente, segundo a autora, mesmo quando o transnacionalismo é visto como uma característica das experiências urbanas, as cidades são hierarquicamente ordenadas com efeitos danosos, tanto para as ricas quanto para as pobres.

Enquanto inúmeros estudos enfatizam cidades globais ou mundiais, fluxos ou redes, o Capítulo 5 reafirma a impossibilidade de se pensar cidades em

termos genéricos, e estabelece a necessidade de pensá-las sob um recorte transversal no que se refere à diversidade e à complexidade. A ambição aqui é privilegiar estratégias que promovam intervenções criativas ou destaquem a distinção presente em cada cidade, livrando as mais pobres de um urbanismo como imitação de experiências ou como tentativa de aproximar-se das mais ricas.

Como conclusão, o livro ensaia estratégias que o campo dos estudos urbanos, sob o risco de se tornar irrelevante, deve perseguir na construção da teoria e da prática (de caráter pós-colonial), em resposta a um mundo de cidades em expansão habitadas por uma população pobre. A autora reconhece que estudiosos e formuladores de políticas em vários países têm desenvolvido trabalhos que tratam da multiplicidade de espacialidades e da diversidade de suas cidades.

Reconhece, ainda, existir uma abertura no campo da teoria social que valoriza a produção de conhecimento de outros lugares, e que repensa fundamentos de seu próprio conhecimento. Mas a visão estrita, segundo ela, provocou perdas não facilmente corrigidas. A solução traduz-se num engajamento cosmopolita por parte de estudiosos, ou seja, o comprometimento com a produção de conhecimento em outros locais, adotando “cosmopolitanismos divergentes” (*discrepant cosmopolitanisms*), expressão tomada por empréstimo de James Clifford (1997), com a qual a autora pretende definir um tipo de abordagem cosmopolita, que não seja homogênea nem universalista.

As reflexões trazidas pelo livro se traduzem em questões sobre como proceder para dar seguimento a esses novos estudos urbanos e sobre quais seriam as políticas adequadas para essas cidades comuns. Respostas difíceis, nos adianta Robinson: “pode-se levar uma vida para conhecer um local, mas, muito mais árduo é construir análises para um conjunto de cidades e diferentes contextos”. (p.167) Assumir que todas as cidades são comuns (*ordinary*), reconhece a autora, é apenas um começo para se pensar um mundo de cidades.

O livro de Robinson dá continuidade às discussões propostas por seu artigo anterior *“Global and world cities: a view from off the map”* (2002), enriquece o debate e interessa a estudiosos da teoria urbana e do planejamento urbano, revolvendo as bases das noções de desenvolvimento e de modernidade. Sem propor um modelo para os estudos urbanos, afirma prin-

cípios e produz um alerta contra armadilhas conceituais, que ofuscam a difícil compreensão do conjunto de cidades e que dão lugar, perigosamente, a práticas, políticas e propostas universalistas. A argumentação da autora tem fortes implicações para futuros estudos, ampliando as opções por linhas de pesquisa e valorizando a reflexão sobre contextos diversos em diferentes países. Poderíamos dizer, tal qual Robinson, em “qualquer” país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLIFFORD, J. (1997) *Routes: Travel and Translation in the late Twentieth Century*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

ROBINSON, J. (2002) Global and world cities: a view from off the map. *International Journal of Regional Research*. 26:531-54.

QUESTÕES TERRITORIAIS NA AMÉRICA LATINA

Amalia Inés Geraiges de Lemos, María Laura Silveira, Mónica Arroyo (orgs.)

Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006

Rebeca Scherer

USP

Esta obra, oportuna e necessária, traz na abertura o texto inédito da conferência proferida pelo geógrafo Milton Santos em 1996 por ocasião do Congresso SOLAR, e reúne, em continuação, os trabalhos do X EGAL – Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado em São Paulo em março de 2005. Inspirado na história vivida nas últimas décadas, o Encontro propõe que se caminhe “Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade”. Desde o Prefácio, elaborado pelas compiladoras dos trabalhos e organizadoras do Encontro, Amalia Inés Geraiges de Lemos, María Laura Silveira e Mónica Arroyo, são explicitadas duas posições fundamentais para dar conta das responsabilidades de todos nós, geógrafos ou não: assumir nossa condição de produtores do saber, e fazê-lo sem recusar o olhar estrangeiro, porém, de forma intransigente a partir da perspectiva latino-americana, trazida pelo estudo

responsável e consciente de seu espaço, vale dizer, de sua sociedade.

“Por Uma Epistemologia Existencial” é o título da conferência de Milton Santos. Não cabe resenhá-la, apenas relatar que analisa diferentes modelos de interpretação que ao longo do século XX se construíram sobre a América Latina denunciando o enfoque economicista, que prevaleceu durante longo período e que resultou em versões reducionistas da realidade existente. Milton reafirma a necessidade fundamental da elaboração de uma epistemologia que inclua obrigatoriamente o espaço, na medida em que, “a sociedade é apenas o ser; o existir é coisa do espaço” e ainda “o tempo é produzido pelo lugar e por aqueles que nele estão” (p.25).

O texto de Milton Santos é seguido da conferência realizada pela geógrafa Amalia Inés Geraiges de Lemos, na sessão de abertura do EGAL: “América Latina: à Procura de Uma Geografia Mestiça”. Nela, a Professora reconstrói o caminho percorrido e o caminho que julga necessário percorrer na busca do que classifica, também ela, como uma geografia mestiça, pois mestiça, e via de regra, inadequadamente analisada, é nossa formação social.

Apoiada numa bibliografia consistente e imune ao “canto das sereias do poder” (Milton Santos, José de Souza Martins, Serge Gruzinski, Edgar Morin, Boaventura de Sousa Santos, Michel Serres, Nestor Clandini, Emlío Tenti Fanfani, entre outros), percorre com brilho os conceitos fundamentais dessas contribuições e convoca os colegas para o pleno exercício de uma contemporaneidade militante.

O livro divide-se em três partes, a saber: Passado, Presente e Desafios Teóricos, seguida de Dinâmicas Territoriais Contemporâneas e, finalmente, Uma Geografia Para a Saúde. Contempla – sempre do ponto de vista da geografia, tomando como referência empírica a América Latina, e dentro de uma abordagem histórica e interdisciplinar – temas complexos como: a relação entre as finanças e a vulnerabilidade dos territórios; a formação de blocos de nações e as especificidades do Mercosul; os efeitos da globalização e do neoliberalismo sobre Sociedades e Estados; os determinantes e condições para a formação da consciência na América Latina; a produção social da saúde; a afirmação da territorialidade estatal; discursos e imaginários políticos na organização de nações; a ocupação da Amazônia; o in-